

**71.ª REUNIÃO PÚBLICA,
DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2020
ÀS 10 HORAS**

PRESENTES:

- Rui de Carvalho de Araújo Moreira;
- Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo;
- Ana Catarina da Rocha Araújo;
- Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente;
- Albino Pedro Pereira Baganha;
- Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel;
- Fernando Paulo Ribeiro de Sousa;
- Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro;
- Fernanda Perpétua Rodrigues;
- José Luís da Costa Catarino;
- Maria João de Abreu Mena Guimarães e Castro;
- Álvaro Fernando Santos Almeida;
- Maria Ilda da Costa Figueiredo.

Secretariou a reunião a Técnica Superior, Márcia Monteiro.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente deu início ao Período Antes da Ordem do Dia com um Voto de Saudação ao Arquiteto Siza Vieira e uma Proposta de Recomendação apresentados pela CDU.

Voto de Saudação ao Arquiteto Álvaro Siza Vieira, apresentado pela CDU.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo leu o Voto de Saudação ao Arquiteto Álvaro Siza Vieira. Afirmou que a Cidade se orgulha deste prémio e de todo o trabalho do Arquiteto Siza Vieira. Realçou a personalidade ímpar do Arquiteto Siza Vieira na defesa dos interesses da Cidade e do País.

Considerou que esta Saudação deverá merecer o apoio de todos e que a mesma deve ser enviada ao Arquiteto Siza Vieira.

O Senhor Presidente lembrou que o Arquiteto Siza Vieira foi distinguido com a Medalha da Cidade há alguns anos.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro disse que o PS se associa a este Voto de Saudação, que considera muito oportuno e que distingue umas das grandes figuras da Arquitetura mundial. Agradeceu à Senhora Vereadora Ilda Figueiredo a iniciativa de propor este Voto.

O Senhor Vereador Álvaro Almeida associou-se ao Voto de Saudação apresentado. Disse que o Arquiteto Siza Vieira merece todas as honras que lhe sejam dedicadas. Afirmou que esta ocasião leva-os, mais uma vez, a salientar a pessoa e o trabalho do Arquiteto Siza Vieira.

Aprovado, por unanimidade.

O Senhor Presidente disse que este Voto de Saudação será enviado ao Arquiteto Siza Vieira.

Proposta de Recomendação sobre um apoio especial às associações e clubes populares que têm atividades na área desportiva, apresentada pela CDU.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo explicou que esta proposta surge, por um lado, na sequência da pandemia e, por outro lado, de uma necessidade urgente de se ter em conta as dificuldades que as pequenas coletividades e clubes desportivos enfrentam. Referiu-se à falta de equipamentos e espaços desportivos, que obriga muitas pessoas a sair da Cidade para praticar desporto nos concelhos limítrofes.

Disse que as associações têm de pagar para utilizar os equipamentos da Cidade, o que lhes dificulta bastante a vida. Sublinhou que o facto de terem de pagar pela utilização dos equipamentos e pela inscrição dos seus atletas já contribuiu para o encerramento de algumas coletividades. Acrescentou que grande parte das coletividades de bairro e de zonas carenciadas vive das receitas dos seus bares e cafés, que foram profundamente afetados pela pandemia. Afirmou que é por estas razões que considera importante isentar as associações e clubes populares, que se dedicam ao desporto, do pagamento da utilização de espaços públicos para a prática desportiva; apoiar as associações e clubes assumindo as despesas de inscrição na Associação de Futebol do Porto ou outras associações desportivas similares; prosseguir com um plano de obras de recuperação e reabilitação, onde for possível, dos campos de jogos existentes mas degradados e da construção de novos espaços desportivos onde ainda não existam.

Realçou que não existem pavilhões gimnodesportivos em todas as freguesias da Cidade do Porto e o recurso a escolas e outras instituições não é suficiente para garantir a prática desportiva.

Disse que, depois de apresentar esta proposta, tomou conhecimento de que a Senhora Vereadora Catarina Araújo admitiu que a isenção de pagamento será possível até ao fim deste ano; considera, no entanto, que até ao final do ano não é suficiente, é necessário estender a medida ao próximo ano e esta questão deve ser incluída no Orçamento Municipal.

O Senhor Presidente disse que a Cidade tem de facto poucos equipamentos desportivos e essa é uma realidade que existe há muitos anos. Sublinhou que tem sido feito um esforço no sentido de recuperar a capacidade que a Cidade tem no que diz respeito a estes equipamentos. Lembrou aquilo que fizeram com o Inatel. Explicou que estiveram à espera da decisão do Governo relativamente à 2.ª fase, porque estão a referir-se a um investimento elevado e precisavam de alargar o prazo em que o equipamento estará à disposição da CMP para poderem fazer a amortização respetiva. Deu nota de que vão avançar, neste momento, com a 2.ª fase.

Afirmou que está prevista a construção de um pavilhão no Liceu Alexandre Herculano, que servirá a população escolar e a população em geral. Considerou importante que os equipamentos que são utilizados pelas escolas possam também ser usados pelas associações e pelos cidadãos em geral.

Deu nota do investimento significativo que o CDUP – Centro de Desporto da Universidade do Porto fez no Estádio Universitário, que permite responder a muitas das necessidades existentes. Disse que ainda aguardam o terreno de Justino Teixeira. Lembrou que, durante algum tempo, retiveram a entrega do Centro de Saúde de Ramalde à espera que o Governo cumprisse o acordo de permuta, mas acabaram por ceder aos apelos nomeadamente do Senhor Vereador Manuel Pizarro que dizia que o Governo iria cumprir a sua parte. Sublinhou que é evidente que aquilo que pretendiam era que a população pudesse utilizar o Centro de Saúde, mas a verdade é que, até este momento, o terreno de Justino Teixeira continua sem ser entregue. Considerou lamentável a forma como o Governo se comporta com a Cidade do Porto nestas matérias.

Deu nota de que se encontram a trabalhar no desenvolvimento do projeto para o terreno de Justino Teixeira, mas não podem lançar obra. Afirmou que a CMP cumpriu a sua parte, mas até ao momento o Governo não cumpriu a sua.

A Senhora Vereadora Catarina Araújo deu nota de que os clubes e as associações da Cidade deixam já este mês de pagar pela utilização dos equipamentos desportivos municipais, pois estão conscientes das dificuldades que as coletividades e os clubes desportivos locais atravessam em especial neste período de pandemia e por isso a adoção da medida. Disse que esta é mais uma das formas de apoiar o Desporto e incentivar os clubes e as associações a não desistirem da sua atividade. Explicou que esta isenção vai ser aplicada a 12 equipamentos da rede municipal de pavilhões e grandes campos, e está previsto que vigore até ao final do ano, mas, como foi anunciado, é uma medida que está sujeita a reavaliação. Acrescentou que a medida vai abranger 25 clubes da Cidade e um total de 11 modalidades desportivas.

Em relação às despesas de inscrição na Associação de Futebol do Porto ou outras associações desportivas similares, disse que o Município do Porto já comparticipa e vai continuar a comparticipar a inscrição dos atletas dos escalões de formação dos clubes da Cidade com prática desportiva federada. Recordou que, em 2019, a Empresa Municipal Ágora, por indicação da Câmara, passou a suportar a totalidade do valor das inscrições de todos os atletas do escalão de formação, o que significou praticamente a duplicação de investimento, e que em 2019 ultrapassou os 102 mil euros

Afirmou que, também em 2019, foram celebrados contratos-programa de desenvolvimento desportivo com 37 clubes, abrangendo um total de 4873 atletas e 15 modalidades desportivas. Quanto à Associação de Futebol do Porto, referiu que foi retomada e normalizada a relação que com esta entidade desportiva, que por motivos que ultrapassam este executivo, em mandatos anteriores deixou de fazer parte do elenco das entidades com quem era estabelecido diálogo e protocolos. Realçou, que tal situação está ultrapassada e queria aqui realçar a excelente relação que têm com a Associação de Futebol do Porto, que tem sido muito importante na gestão dos campos e da conciliação dos jogos dos vários clubes da Cidade.

Afirmou que a época desportiva 2019/2020 será formalizada brevemente com a assinatura dos novos contratos de desenvolvimento desportivo. Explicou que esta assinatura acontece sempre no fim da época, porque permite abranger um maior número de atletas, mas que este ano, comparativamente com o anterior, irá ser feito um esforço de antecipação de prazos de assinatura. Referiu que também têm como objetivo alargar o número de modalidades que são contempladas e nesta época desportiva pretendem abranger mais duas novas modalidades: o surf e o skate, as quais passaram a ser modalidades olímpicas.

O reforço é dirigido aos escalões de formação porque se queremos apostar no desporto e desenvolver uma verdadeira cultura desportiva temos de começar pela base, onde se concentra a grande massa de praticantes.

Deu nota de que o Município do Porto suporta e na totalidade os custos com a realização dos exames médicos desportivos obrigatórios. Em média usufruem anualmente deste apoio mais de 1000 atletas dos escalões de formação.

Referiu-se, ainda, ao Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo, para deliberação nesta reunião de Executivo, sublinhando que este é também um importante apoio, que acresce aos referidos, aos clubes e às coletividades da Cidade, com mais de 28 projetos apoiados no valor de 230 mil euros. E que, ao invés da visão pessimista da Vereadora Ilda Figueiredo, sendo certo que nem tudo está bem em especial no atual contexto, a análise da candidatura do Fundo Municipal permite concluir que existem novos clubes e coletividades desportivas que estão a surgir na cidade do Porto, demonstrando a renovação do associativismo de que nos fala o Senhor Professor Hélder Pacheco.

No que respeita ao ponto da recomendação relativo a obras de recuperação e de reabilitação e construção de novos espaços desportivos, deu nota que foram efetuadas e estão em curso um

conjunto alargado de intervenções nos vários equipamentos desportivos geridos pela empresa municipal Ágora - Cultura e Desporto do Porto.

Entre pavilhões, piscinas e campos da rede municipal de infraestruturas desportivas, são mais de uma dezena de empreitadas, em curso ou a executar em breve, que totalizam um investimento muito avultado como se demonstrará.

Disse que se concluíram as intervenções nas piscinas municipais de Cartes e da Constituição, o que permitiu a reabertura das mesmas em finais de setembro e início de outubro. Foram intervencionadas ao nível das suas coberturas, paredes, pavimentos, zonas técnicas e balneários, de forma a melhorar as condições de conforto, higiene e segurança dos utentes - investimento conjunto destes trabalhos ultrapassou os 290 mil euros.

Referiu que a necessidade de uma intervenção profunda na Piscina Eng.º Armando Pimentel estando em curso a contratação do projeto para a empreitada cujo valor ascende a mais de um milhão de euros – 1 milhão e 300 mil. A empreitada durará 8 meses e está previsto ter início no segundo semestre 2021.

Sublinhou que as 3 piscinas referidas foram todas alvo de intervenção para a melhoria da eficiência energética, térmica e ambiental, empreitadas que perfizeram um investimento de 468 mil euros. Acrescentou que está já previsto um novo conjunto de obras de beneficiação para 2021 para a Piscina da Constituição, no valor estimado de 200 mil euros, referentes a novas aéreas dos balneários, novo ginásio e caixilharias.

Ao nível da rede municipal de pavilhões, estão também planeadas várias empreitadas que, na sua generalidade, se referem a reparações nas coberturas, ao tratamento e limpeza de caleiras, pinturas e revestimento de fachadas, nos Pavilhões Nicolau Nasoni e Lagarteiro (procedimento de contratação em curso obra este ano), e, posteriormente, nos pavilhões Fontes Pereira de Melo, Pêro Vaz de Caminha, Viso e Irene Lisboa, perfazendo um investimento de cerca de 107 mil euros.

Em relação aos campos municipais, disse que foram concluídas as obras de requalificação do campo sintético do Viso; substituição das redes da vedação; guardas; estruturas tubulares; reabilitação da criação de portões; requalificação das bancadas; acesso; beneficiação da fachada; e pintura de todo o edifício. Acrescentou que também o Polidesportivo dos Choupos beneficiou das mesmas obras de requalificação.

Disse que está em fase de adjudicação uma obra no Parque Desportivo de Ramalde – Inatel que está relacionada com a reparação e a drenagem de águas pluviais da cobertura da bancada e do edifício do Parque.

Mas o Município continua a investir no parque desportivo da cidade e por isso temos novos investimentos a caminho como o Senhor Presidente já referiu.

Está previsto um montante muito significativo, para a concretização de 5 obras fundamentais.

A ampliação do Parque Desportivo Ramalde – Inatel, 2.ª fase cujo projeto está em fase de, já têm o licenciamento aprovado e vamos avançar com o projeto de execução. Explicou que não

avanzaram mais cedo por força da necessidade de aguardar pela autorização da tutela do prazo para a exploração do equipamento para permitir a sua amortização.

Relativamente ao Campo do Outeiro, disse que o valor da empreitada é de 3 milhões e 100 mil euros; estão em fase de adjudicação e depois seguir-se-á a habilitação e envio para Tribunal de Contas. Informou que a empreitada no Campo do Outeiro terá início no 1.º trimestre de 2021.

Quanto ao Campo Desportivo Municipal Justino Teixeira, sem prejuízo do já referido pelo Senhor Presidente, disse que começaram a desenvolver o projeto, têm o programa base aprovado e estão a avançar com o licenciamento. Explicou que se trata de uma obra no valor de 3,5 milhões de euros e terão de aguardar que o Estado cumpra a sua parte, passando definitivamente para o Município do Porto a propriedade dos terrenos de Justino Teixeira.

Disse que foi concluído o Skate Park, que foi um sucesso, e já está prevista a sua ampliação numa empreitada no valor de 150 mil euros. Acrescentou que já estão em fase de contratação do projeto e no 2.º trimestre de 2021 estarão em condições de iniciar a empreitada.

Referiu que está também prevista a construção de novos balneários que servirão o campo de futebol que, entretanto, construíram no Parque da Cidade. O projeto está concluído, vamos lançar concurso para realizar a empreitada em 2011, com o prazo de 12 meses e valor 670 mil euros.

Deu ainda conta da instalação de outros equipamentos desportivos nos espaços verdes da Cidade, uma iniciativa conjunta entre os Pelouros do Desporto e do Ambiente e que também envolve o Senhor Vereador Fernando Paulo na vertente da Coesão Social, tendo os locais a intervencionar sido identificados com o apoio das várias Juntas de Freguesia. Referiu que 18 espaços verdes da Cidade vão receber equipamentos de *fitness* e biossaudáveis, e circuitos de manutenção numa empreitada com o valor base de 646 mil euros.

Considerou que fica assim evidente o trabalho que o Município tem realizado na manutenção e reabilitação dos equipamentos existentes e fica também claro que há plena consciência da necessidade de aumentar significativamente as suas infraestruturas desportivas, o que como referido estamos a fazer. Realçou o trabalho que o Município tem feito com os clubes e coletividades da Cidade, apoiando-os para que eles possam melhorar as suas infraestruturas, devolvendo-as à cidade em melhores condições

Afirmou que que o investimento previsto para 2021 é de cerca 4,5 milhões de euros, sem esquecer o investimento realizado e em curso este não, e, portanto, fica claro que o Desporto é uma grande aposta deste Executivo.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro disse que o PS concorda com as propostas da Senhora Vereadora Ilda Figueiredo mas desconfia que uma parte delas já está resolvida tendo em conta a resposta da Senhora Vereadora Catarina Araújo.

Abordou a questão do terreno de Justino Teixeira, que considera uma situação grave, dizendo que como o projeto ainda está em desenvolvimento não podem considerar que existe já um prejuízo material para os interesses municipais.

O Senhor Presidente lembrou que afirmaram que só avançariam com o projeto quando o terreno passasse para a Câmara, mas foram desafiados a avançar.

Disse que tem dúvidas da legalidade *stricto sensu* de se desenvolver projetos para algo que não pertence à Câmara. Referiu que se o Estado decidir não transferir o terreno para a Câmara ficam com um projeto que não serve para nada e onde gastaram dinheiro. Recordou que, em reunião de Câmara, se decidiu avançar na base da boa-fé.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro considerou que não existe nenhuma ilegalidade em fazer um projeto para um terreno que está naquelas circunstâncias.

Assumiu o compromisso público, enquanto Vereador do PS, de fazer tudo aquilo que estiver ao seu alcance para que esta situação se resolva.

Disse que nem todos os processos decorrem da mesma forma. Lembrou o processo do Quartel de Serpa Pinto que correu de forma relativamente exemplar do ponto de vista do comportamento do Estado.

Afirmou que quem está no Governo é o PS e a responsabilidade é do PS, mas existe a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, que herdou a tradição de uma instituição anterior chamada Direção-Geral do Património, que é o Estado dentro do Estado. Considerou lamentável que sucessivos governos, ao fim de quatro décadas de Democracia, não sejam capazes de colocar na ordem a inventariação do património público nem a agilização dos compromissos assumidos em nome do Estado.

Disse que o Senhor Presidente contará com a sua solidariedade e com o seu envolvimento ativo na tentativa de se resolver este assunto em tempo útil.

O Senhor Presidente disse que não tem dúvidas sobre a vontade política do Governo, mas existe um compromisso assumido que ainda não foi cumprido.

O Senhor Vereador Álvaro Almeida disse que infelizmente, conhecendo as instituições em causa, já estava à espera deste resultado em relação ao terreno de Justino Teixeira. Afirmou que espera que o Senhor Vereador Manuel Pizarro tenha capacidade de influência junto do Governo. Afirmou que o PSD compartilha dos princípios presentes na moção. Referiu que várias instituições públicas e privadas da Cidade estão a atravessar momentos muito complicados e não considera justo que a Câmara obtenha receitas à custa dessas instituições. Acrescentou que as isenções neste período estão justificadas.

Sublinhou que não compreende a proposta de recomendação pois tudo aquilo que é proposto já está a ser implementado.

Disse que espera que isto não seja apenas uma razão para a CDU enviar a recomendação às associações reclamando para si os méritos que não teve. Considera que não é mérito da CDU, nem do PSD, nem da maioria que governa a CMP, é sim do esforço que o Município do Porto tem que fazer, partilhando o sacrifício que todas estas instituições estão a sofrer.

O Senhor Presidente declarou que vai votar contra.

Disse que não têm feito alarde desta matéria, ou seja, não a têm politizado no sentido de afirmar que quem está a governar a Câmara neste momento é quem é o responsável por este esforço que está a ser feito. Considerou que isto deve ser um esforço o mais alargado possível e, de facto, é o que está acontecer; tem sido feito paulatinamente um esforço com medidas que encaminham a política da Cidade no sentido de dar ao desporto uma nova realidade.

Referiu que se não transferirem o terreno de Justino Teixeira para a Câmara não consegue visualizar outros locais para construir campos de futebol na Cidade. Sublinhou que a Cidade tem apenas 42 quilómetros quadrados, um nível de edificação muito elevado, a questão da topografia e a questão da proteção de espécies. Deu como exemplo o caso do terreno municipal no Lagarteiro onde se pretendia construir um campo de futebol, mas onde se levantou a questão da proteção de espécies, pois existem no local alguns sobreiros.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo agradeceu este debate em torno deste tema, que tem merecido da CDU um acompanhamento permanente nas reuniões do Executivo, no contacto regular com as próprias organizações no terreno e com a Senhora Vereadora Catarina Araújo.

Referiu que esta proposta não é um ato isolado, é um trabalho continuado e ela própria procura manter uma ligação com a Cidade, com os seus problemas e sempre que possível com os Senhores Vereadores.

Afirmou que a CDU tem alertado para muitas situações e tem acompanhado muitas questões no sentido de ajudar a resolver os problemas da população e das instituições.

Disse que a isenção das associações e clubes populares, que se dedicam à prática do Desporto, do pagamento da utilização de espaços públicos é um dos temas centrais. Considerou que esta medida devia ter sido tomada desde o início do ano.

Deu conta de que visitou o Bairro de Aldoar e ficou a saber que um café que tem um espaço alugado à DomusSocial, pelo qual paga uma renda de 449 euros por mês, teve de pagar essa renda durante todo este período e a DomusSocial não os isentou do pagamento. Lembrou que quando discutiram a questão das isenções solicitou que o critério fosse aplicado em todo o património municipal, o que não está a acontecer.

Na sua opinião, esta isenção aos clubes devia ter sido praticada desde o início da pandemia e devia estar prevista para o próximo ano. Deu nota de que, em vários municípios, as instituições locais não pagam o aluguer de equipamentos desportivos para a prática de desporto; e também é normal serem as autarquias a suportar o pagamento da formação.

Afirmou que a CDU tem feito tudo o que pode para incentivar a alteração da posição da Câmara relativamente ao movimento associativo.

Concordou que foi feito algum investimento nesta área, mas, por exemplo, na Freguesia de Aldoar continua a não existir nenhum espaço onde a população possa praticar desporto.

O Senhor Presidente disse que existe o Parque da Cidade que se localiza na Freguesia de Aldoar.

Reprovada, com 7 votos contra do Movimento Rui Moreira, Porto: o Nosso Partido, 1 abstenção do Senhor Vereador do PSD e com 5 votos a favor dos Senhores Vereadores do PS e da CDU.

O Senhor Presidente pediu ao Senhor Vereador Fernando Paulo para dar início à apresentação sobre o Observatório de Habitação Social do Município do Porto.

O Senhor Vereador Fernando Paulo disse que a DomusSocial tem vindo a trabalhar no Observatório de Habitação Social do Município do Porto com vista à implementação de um dispositivo de estudo da realidade da habitação social na Cidade.

Referiu que, apesar de ainda estar em fase de desenvolvimento, vão fazer uma apresentação das potencialidades desta ferramenta que desde já passarão a utilizar.

Explicou que o Observatório pretende privilegiar dois grandes objetivos: o conhecimento do fenómeno da carência habitacional na Cidade do Porto e o conhecimento da gestão do parque habitacional municipal, que é composto por 13.000 fogos.

Afirmou que ao mesmo tempo que ao Município compete realizar diagnósticos atualizados do fenómeno da carência habitacional, com vista à criação de respostas diversificadas e adequadas à realidade concelhia e à identificação de novas soluções, não pode descautelar a gestão patrimonial e social das habitações municipais onde residem cerca de 30.000 pessoas e cuja gestão está a cargo do Município. Sublinhou que é necessário acautelar a sua sustentabilidade, qualidade habitacional e comunitária, a par de uma gestão próxima dos inquilinos que permita conhecer as suas necessidades.

Esclareceu que se pretende com o Observatório conhecer as condições sócio-habitacionais de agregados familiares residentes no Porto, através de recolha e sistematização da informação que se encontra disponível em diversos suportes de informação nomeadamente nas candidaturas à habitação social municipal; nas candidaturas ao programa municipal de apoio ao arrendamento "Porto Solidário"; e na caracterização socioeconómica dos residentes em habitação social municipal.

Deu nota de que o trabalho desenvolvido até à data permite identificar as potencialidades que um dispositivo de observação sistemática poderá revelar, nomeadamente, mas não exclusivamente, ao nível do apoio à gestão da atividade regular da DomusSocial nas diferentes áreas de intervenção quer seja na gestão do parque habitacional quer seja na direção de produção; ao nível do apoio nas decisões estratégicas a médio prazo; e ao nível da definição de políticas municipais no âmbito da habitação.

Disse que o Observatório permitirá monitorizar a realidade sócio-habitacional no Porto; produzir conhecimento útil e pertinente para melhorar a atividade da DomusSocial; avaliar o impacto da

implementação de medidas e projetos municipais e nacionais no âmbito da habitação; e propor medidas, práticas e iniciativas de intervenção no âmbito das políticas de habitação.

Explicou que, genericamente numa fase inicial, pretende-se estabelecer rotinas e procedimentos internos de organização sistemática da informação, atualmente já recolhida no âmbito da atividade regular da DomusSocial. Acrescentou que, numa fase posterior, poder-se-á recolher informação junto de outras unidades orgânicas da Câmara e de outras entidades que produzem informação a nível nacional.

Acrescentou que pretendem obter os seguintes produtos: informação trimestral interna e semestral externa com informação relevante referente aos vários campos de análise abrangida; produção de relatório e propostas de desenvolvimento anual; e contribuir para a elaboração do relatório municipal anual de habitação que está previsto na Lei de Bases da Habitação.

Agradeceu aos Administradores da DomusSocial o apoio que têm dado a este processo, à Dr.^a Filipa Melo, que lhe tem dedicado uma especial atenção, apoio e acompanhamento, e ao Eng.^o João Sendim. Acrescentou que sem o profissionalismo, conhecimento, dedicação e entusiasmo da Dr.^a Elsa Marques e Dr. Daniel Coelho não teria sido possível chegar a este ponto.

Passou a palavra à Dr.^a Elsa Marques e ao Dr. Daniel Coelho para uma breve apresentação dos desenvolvimentos que estão a ser feitos.

Salientou que ainda está em elaboração o Regulamento do Observatório.

O Senhor Dr. Daniel Coelho fez a apresentação do Observatório de Habitação Social do Município do Porto. (Anexo I)

Referiu-se aos objetivos que presidiram à criação do Observatório.

Deu nota dos três tipos de informação que estão já a ser tratados: candidaturas à habitação social municipal; candidaturas ao Programa Porto Solidário; e pedidos de intervenção nas habitações por motivos de mobilidade condicionada.

Relativamente às candidaturas, disse que trataram desta questão desde o dia 1 de janeiro de 2018 ao dia 30 de junho de 2020 e o total de candidaturas foi de 2636.

Referiu-se à distribuição do número de elementos do agregado por candidatura.

Disse que as freguesias com mais habitantes são aquelas que apresentam mais candidaturas.

Deu nota de que trabalharam baseados na antiga divisão das freguesias.

Referiu que a pessoa isolada é o tipo de família que mais se candidata à habitação social, seguindo-se as famílias monoparentais femininas e família nuclear com os filhos.

Abordou a questão da distribuição das tipologias necessárias. Referiu que as habitações T1 e T2 são mais de três quartos das necessidades das candidaturas recebidas.

Referiu-se ao agregado médio do agregado familiar e à origem dos rendimentos.

Disse que, ao analisarem a distribuição dos elementos do agregado familiar por idades, verificaram que a grande maioria é população ativa, um quarto são menores e apenas menos de 8% são seniores.

Relativamente à classificação das candidaturas, explicou que a maioria não cumpre os critérios para entrar na lista de atribuição de fogos.

A Senhora Dr.ª Elsa Marques acrescentou que têm uma matriz atualmente em vigor, que apenas entrou em vigor em maio de 2020, e não têm ainda dados suscetíveis de serem apresentados, porque tinham apenas um mês de aplicação desta matriz. Disse que no final deste semestre, entre dezembro e janeiro de 2020, terão mais um quadro comparativo para avaliar a evolução das três matrizes de classificação dos pedidos de habitação, o que no caso da tipologia da família vai ter relevância por força das alterações que foram introduzidas e aprovadas, e que vai ter um enfoque na tipologia das famílias. Acrescentou que introduziram novas classes de famílias considerando a questão da pandemia e dos casais em situação de desemprego e sem filhos, e, portanto, vão ter uma nova forma de olhar a matriz e perceber a questão da evolução. Relativamente aos movimentos habitacionais, disse que, nos últimos dois anos e meio, foram atribuídas 917 habitações. Acrescentou que tentam manter a atribuição de, pelo menos, uma habitação por dia.

O Senhor Dr. Daniel Coelho apresentou alguns dados relativamente às candidaturas ao Programa Porto Solidário.

Deu nota de que foram analisadas a 5.ª, a 6.ª, a 7.ª e a 8.ª edições, sendo que a 8.ª edição ocorreu já em 2020.

Sublinhou que o número de candidaturas tem vindo a aumentar e há famílias que repetidamente apresentam candidatura ao Porto Solidário.

Quanto aos rendimentos médios dos agregados, referiu que, desde a 5.ª edição, estes têm vindo a subir ligeiramente e a média dos apoios manteve-se estável da 5.ª à 7.ª edição.

A Senhora Dr.ª Elsa Marques explicou que na 8.ª edição o valor do apoio desceu ligeiramente devido ao facto de os rendimentos das famílias serem ligeiramente superiores. Disse que, em 2019, o valor médio da renda era de 330 euros e em 2020 esse valor baixou para os 300 euros. Realçou o facto de existir um novo regulamento que introduziu alterações nomeadamente na taxa de esforço. Explicou que o valor do apoio baixou porque os agregados candidatos têm rendimentos superiores e o valor médio das rendas baixou; este é o motivo pelo qual o valor do apoio também é ligeiramente inferior.

O Senhor Dr. Daniel Coelho disse que a média de elementos do agregado familiar do Porto Solidário mantém-se estável.

Referiu que beneficiam atualmente do Porto Solidário 984 agregados familiares.

Abordou a questão das intervenções nas habitações por mobilidade condicionada. Explicou que, num período de um ano e meio, 85% dos bairros fizeram pedidos de intervenção por mobilidade condicionada.

O Senhor Vereador Fernando Paulo disse que o objetivo era uma breve apresentação das potencialidades desta ferramenta, que ainda está em desenvolvimento.

Afirmou que estão a elaborar as normas do Observatório e a ideia é produzir *newsletters* com regularidade e disponibilizar informação no *site* da DomusSocial.

Referiu que no futuro poderão juntar o conhecimento académico e contar até com a ajuda de consultores externos da Academia para alargar este trabalho.

O Senhor Presidente agradeceu a apresentação.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro agradeceu a apresentação e elogiou o trabalho produzido. Considerou que obter informação fiável e comparável é essencial para ajudar a avaliar as decisões que tomaram anteriormente e a projetar as decisões que terão de tomar no futuro.

Referiu que estes são dados ainda muito preliminares e ainda não têm tempo suficiente de comparação. Sublinhou que ficou com a sensação que a aplicação da nova matriz conduz à aprovação de uma menor percentagem de pedidos do que a aplicação da matriz anterior.

Lembrou que, quando aprovaram a nova matriz, afirmou que a sua aplicação concreta iria conduzir a uma maior restrição do acesso à lista de atribuição de fogos, o que parece estar a confirmar-se.

Na sua opinião, este é um instrumento muito importante para se fazer uma avaliação objetiva dos resultados das políticas que definiram. Acrescentou que é sempre essencial avaliar no terreno, em concreto, como é que elas são implementadas.

Considerou que há um elemento adicional que podia ser incorporado, embora não dependa diretamente da DomusSocial mas sim dos Serviços de Fiscalização da Câmara, ou seja, os pedidos de verificação da salubridade das habitações.

Disse que o objetivo do Observatório é conhecer o que se passa na habitação da Cidade e não apenas na habitação pública da Cidade. Deste ponto de vista, considera que o indicador das referidas vistorias talvez seja aquele que os ajude a perceber o que se passa fora da habitação pública. Acrescentou que vai estudar os dados que foram apresentados e caso tenha mais sugestões apresentá-las-á ao Executivo.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que este é um instrumento importante, defendido pela CDU há muito tempo. Agradeceu a apresentação e o facto de se ter iniciado finalmente a criação deste instrumento.

Na sua opinião, este instrumento pode ser melhorado, como já foi referido, e acrescentaria, para além das questões de salubridade e vistorias, as questões do património que SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana gere e que, pelo que percebeu, não está incluído nesta apresentação. Considerou que o Observatório Social podia abranger não apenas a DomusSocial, mas os dois tipos de informação que existem noutros setores da Câmara.

MB

Lembrou que com as novas políticas de habitação, com a estratégia local e com o protocolo com o IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana existem outras condicionantes e outros elementos importantes que poderão fornecer informação útil para se acompanhar tudo aquilo que está a ser realizado.

Disse que irá entregar ao Senhor Vereador Fernando Paulo uma resposta que o IHRU enviou a um munícipe que fez um pedido de habitação ao IHRU e que vive uma situação dramática. Sublinhou que o IHRU disse que o munícipe terá de se dirigir à Câmara porque, neste momento, existe um protocolo e é a Câmara que deve tratar desse pedido no âmbito do Programa 1.º Direito.

Afirmou que esta apresentação ainda não inclui a última revisão da matriz. Considerou que a matriz atual melhorou ligeiramente, sobretudo, a situação das famílias monoparentais, das mulheres com filhos que vivem sozinhas. Alertou para a existência de casos muito graves que precisam de uma resolução urgente.

O Senhor Vereador Fernando Paulo disse que a questão do Programa 1.º Direito também vai ser incluída no Observatório.

Afirmou que tem conhecimento das respostas que o IHRU está a enviar aos munícipes e considera que se trata de uma situação lamentável. Explicou que o IHRU tem competências próprias, tem património próprio e também tem de dar pública nota daquilo que é a sua gestão social e patrimonial do património que possui. Considerou lamentável que o Governo, tendo criado um instrumento de apoio à resolução de habitação, descarte completamente as suas responsabilidades e quando alguém se procura inscrever no IHRU é enviado para a Câmara.

Esclareceu que o 1.º Direito é um instrumento ao qual a CMP acede e que permite resolver alguns problemas, mas a Câmara não se pode substituir ao Governo até porque o instrumento financeiro que é posto à disposição fica muito aquém das necessidades.

Afirmou que, dentro de um ano, quando voltarem a trazer a reunião do Executivo a nova matriz, esta virá acompanhada de nova informação do Observatório.

A Senhora Vereadora Fernanda Rodrigues congratulou-se pelo facto de terem já um manancial de informação organizada, que é indispensável para o critério de pensamento mais estratégico.

Perguntou se este trabalho já inclui os dados de 2020.

Considerou que o Observatório teria vantagem em dar nota não só de uma leitura estática daquilo que acontece, mas também das dinâmicas emergentes relativamente à habitação.

Na sua opinião, também é vantajoso trabalhar linhas de tendência e dinâmicas que estão a surgir do ponto de vista da habitação.

Relativamente ao número de pessoas que não qualificam para a habitação social, disse que essas pessoas foram identificadas por idade e por família, mas a razão objetiva da não qualificação não foi apresentada. Sublinhou que esta justificação vai permitir perceber se, do ponto de vista da



matriz, estão confrontados com algum elemento que seja importante ser trabalhado para o incorporar de forma distinta. Acrescentou que podem chegar à conclusão que a matriz é demasiado severa para determinado tipo de situações.

Afirmou que continuam a precisar de elementos relativamente à qualidade comunitária, que é a capacidade de se colocar cada um dos bairros no seu espaço de viver e perceber até que ponto é que quem vive nesta habitação social dispõe de um contexto que lhes permita ter uma qualidade de vida determinada.

Mostrou-se disponível para contribuir nesta matéria.

O Senhor Presidente deu nota de que o Senhor Vice-Presidente Filipe Araújo também queria fazer uma apresentação, mas dado o adiantado da hora sugeriu que a mesma ficasse adiada para a próxima reunião.

O Senhor Vice-Presidente Filipe Araújo aceitou adiar a apresentação para a próxima reunião.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro perguntou se a DomusSocial está a aplicar ou não o desconto nas rendas dos contratos de arrendamento comercial. Lembrou que quando aprovaram esta questão, aprovaram também uma recomendação às empresas municipais para que procedessem da mesma forma.

O Senhor Vereador Fernando Paulo disse que a DomusSocial cumpre as orientações do Executivo. Não entendeu que a proposta votada pela Câmara abrangia este tipo de situações, mas se o Executivo assim o entender a DomusSocial cumprirá.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro disse que se o Município nos seus arrendamentos comerciais decidiu reduzir 50%, perguntou por que razão a DomusSocial ou a SRU não o fazem. Afirmou que quando votou a recomendação assumiu que estava a votar para todo o universo dos arrendamentos comerciais do Município, tutelados diretamente pela Câmara ou pelas empresas municipais.

O Senhor Vereador Fernando Paulo disse que interpretou que a medida seria dirigida a estabelecimentos turísticos, mas podem reavaliar a situação.

O Senhor Vereador Ricardo Valente explicou que a proposta era dirigida para toda a atividade que tinha sofrido o impacto da pandemia, ou seja, toda a atividade que tivesse sido encerrada obrigatoriamente pela questão da pandemia. Sublinhou que para as atividades que se mantiveram abertas durante a pandemia não houve isenções.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo lembrou que, na altura, a CDU e o PS referiram que a medida devia ser aplicada a todo o universo municipal.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Ata da reunião pública do Executivo Municipal de 26 de outubro de 2020.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro pediu para a votação ser adiada, pois não teve tempo de enviar as suas alterações.

O Senhor Presidente disse que a votação da ata fica adiada com a concordância de todos.

Retirada.

2. Atribuição de apoios no âmbito do Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo Portuense 2020.

O Senhor Presidente disse que a verba foi reforçada em relação à edição anterior com uma dotação dupla na sequência de uma proposta que foi levada à reunião do Executivo de 11 de maio de 2020, passando a dispor de 800 mil euros. Referiu que no sentido de melhorar as operacionalidades das candidaturas dividiram, na altura, as mesmas em 4 eixos: eixo 1 – Coesão social 300 mil euros; eixo 2 – Cultura e animação 200 mil euros; eixo 3 – Desporto 200 mil euros; eixo 4 – Juventude e ambiente 100 mil euros; e a proceder à simplificação e clarificação das condições de atribuição.

Sublinhou que as candidaturas foram, como na edição anterior, avaliadas pelo júri presidido pelo Senhor Professor Hélder Pacheco, que manifestou vontade em estar presente nesta reunião. Consideraram, no entanto, que seria mais prudente o Senhor Professor não participar uma vez que é uma pessoa que pertence a um grupo de risco. Deu nota de que existe, no entanto, uma declaração conjunta que o Senhor Professor Hélder Pacheco pediu para ser enviada a todos.

Continuou dizendo que as candidaturas foram avaliadas segundo 4 critérios: o âmbito territorial dos beneficiários; o caráter da resposta; o efeito de complementaridade; e caracterização financeira. Referiu que está proposto apoiar um total de 97 projetos, ou seja, um número 4 vezes superior ao verificado em 2019, quando tinham sido apoiadas 24 das candidaturas apresentadas, o que reflete a ambição acrescida deste fundo municipal. Disse que, como resulta da proposta e documentos juntos, o júri decidiu atingir o maior número possível de instituições e entidades da Cidade e, dentro das limitações existentes, assegurar os apoios conforme as verbas disponíveis. Referiu que este programa pretende reforçar o apoio prestado pelos municípios às instituições, associações, coletividades e clubes da Cidade que desenvolvam trabalho comunitário junto das



populações através da dinamização da vida social, cultural, recreativa e desportiva, disponibilizando às mesmas recursos que permitam contribuir para a sua atividade e renovação. Acrescentou que, em todos os eixos, as prioridades centraram-se na qualificação de instalações e equipamentos; na promoção de projetos de intervenção cívica junto de públicos diferentes; inovação tecnológica; atividades de maior impacto formativo do público; entre outros. Disse que a estas opções não foi indiferente os tempos difíceis que se vive em virtude da pandemia, em especial no eixo da coesão social. Acrescentou que, para além do reforço das verbas atribuídas por este Fundo Municipal, a Câmara disponibilizou adicionalmente uma linha de apoio de emergência às associações do Porto para dar resposta às dificuldades decorrentes da pandemia, que apoiou 186 associações com o montante global de 150 mil euros.

Fez uma referência ao trabalho desenvolvido pelos elementos do júri, Eng.^a Raquel Castello-Branco e Dr. Ricardo Moreira, bem como o de mais pessoal envolvido na tramitação deste Fundo Municipal que, em tempo recorde, porque o prazo para a apresentação das candidaturas só terminou a 7 de agosto e nas atuais circunstâncias, conseguiu e tornou possível a aprovação por este Executivo destes apoios financeiros.

Disse que a nota do Professor Hélder Pacheco foi distribuída a todos e, portanto, irá dispensar-se de a ler, o que não é uma desconsideração para o Senhor Professor, é apenas para poupar algum tempo.

Deixou o seu agradecimento ao Senhor Professor Hélder Pacheco pelo seu trabalho e pelo seu enorme empenho nesta matéria.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que houve um crescimento de candidaturas de associações de diferentes tipos, muitas na área social, mas também de outras áreas. Sublinhou que isto demonstra que a CDU tinha razão quando disse que este iria contribuir para ajudar a dinamizar a atividade associativa na Cidade. Realçou que este concurso demonstra que este objetivo foi conseguido e que o mesmo tem de prosseguir para haver um apoio ainda maior.

Lamentou que, das mais de 220 candidaturas, apenas 97 associações vão receber apoios, sobretudo porque não houve verbas suficientes. Recordou que propôs, na altura, 1 milhão de euros, considerando que era fundamental, tendo em conta o orçamento anterior. Referiu que, durante o ano, por causa da pandemia, foi atribuído um apoio extraordinário. Sublinhou que mesmo assim existem cerca de 80 associações que apresentaram propostas positivas e cujo projeto foi aceite mas que não vão receber nenhuma verba.

O Senhor Presidente disse que a proposta de criação deste Fundo é mérito da CDU. Acrescentou que, desde o início, teve o cuidado de deixar claro que este Fundo só atingirá as virtualidades que entenderam atribuir-lhe ao fim de alguns anos, porque este Fundo vem suprir uma carência que existia há muito tempo e é pela política continuada que o Fundo terá um impacto significativo. Sublinhou que acredita que vão ser satisfeitas as necessidades atuais, mas também vai surgir uma nova forma de empreendedorismo nesta área e a renovação do

associativismo na Cidade. Sublinhou que não se podia pensar que a situação ficava resolvida no prazo de um ano.

Explicou que as associações que não foram contempladas podem concorrer em janeiro.

Esclareceu que não estão a falar de um subsídio, estão a falar de um concurso, para o qual as pessoas têm de se empenhar e em que a avaliação do mérito é feita por um júri, que merece toda a confiança.

Disse que, este ano, ao distribuírem os apoios por eixos tiveram a prudência de melhorar o regulamento e este irá sendo aperfeiçoado.

Realçou que os concursos obedecem a obrigações de carácter legal que são muito difíceis.

Afirmou que este ano houve mais candidaturas porque o concurso foi bem divulgado; no primeiro ano houve associações culturais que pensavam que não podiam concorrer, mas foram sendo esclarecidas e por essa razão houve mais candidaturas.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro declarou que o PS vai votar a favor.

Acompanhou os elogios feitos ao trabalho do júri, que é um trabalho muito exigente e muito complexo. Disse que a ideia de existir um concurso e uma seleção por mérito não levanta nenhum problema, mas é importante perceber se este mecanismo não tem de ser complementado com uma intervenção mais ativa do Município em alguns projetos em concreto.

Afirmou que está satisfeito com o apoio municipal a uma obra de recuperação de um dos pisos da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto. Mas, aquele é um projeto tão emblemático para a Cidade que considera que seria melhor que ele fosse tratado noutra sede com um maior envolvimento, que permitisse um usufruto público mais significativo daquele imóvel viabilizando a abertura ao grande público da valiosa biblioteca da Associação.

Na sua opinião, neste Fundo estão arrumados pequenos projetos aos quais ele dá uma resposta adequada; e projetos de grande dimensão para os quais este Fundo é apenas uma espécie de tratamento paliativo que estruturalmente não resolve nada. Sugeriu que se mantenha um processo concursal geral, mas que haja, ao mesmo tempo, uma análise mais atenta de alguns casos concretos.

Considerou que existe algo que dificulta o acesso das pequenas coletividades e associações locais ao Fundo, porque este acaba por apoiar projetos com mérito, mas que provavelmente deviam ter um enquadramento diferente, consumindo parte significativa dos recursos e limitando o acesso dos clubes mais pequenos.

Abordou a questão do aumento das necessidades das IPSS e das associações da área social, que têm uma fatia significativa e onde houve dificuldades especiais do júri na alocação de verbas. Lembrou a proposta do PS para que no orçamento do próximo ano seja reativado esse eixo no Fundo de Emergência Social.

Elogiou o trabalho das pessoas que pertencem ao júri, quer os profissionais da Câmara quer o Senhor Professor Hélder Pacheco.

Deu nota de que estão tranquilos com os critérios que foram seguidos e com a forma como eles foram implementados. Declarou que o PS votará a favor sem nenhuma restrição.

O Senhor Presidente disse, relativamente às IPSS da Cidade e às suas necessidades, que elas vão ser naturalmente crescentes e a resposta que vai ser preciso dar, nomeadamente à terceira idade, precisa, de facto, de uma intervenção que não está à medida das capacidades do Município. Sublinhou que o Município pode colaborar, mas isto tem de ser feito com verbas do Estado Central. Afirmou que sobre essa matéria é imperioso fazer exigências ao Governo, porque existe uma enorme dualidade relativamente àquilo que se passa em Lisboa e o que se passa no resto do País. Referiu que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa investe e acompanha lares exclusivamente em Lisboa, mas o financiamento da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é resultado do jogo realizado em todo o País. Acrescentou que isso também faz com que o Ministério avalie a situação pelo que se está a passar em Lisboa e não no resto do país. Referiu que a possibilidade de as IPSS resistirem, neste momento, no resto do País é muito difícil.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo concordou que não pode ser a Câmara a suprir tudo aquilo que a Administração Central tem de fazer no âmbito da Segurança Social. Considerou que se impõe uma exigência de intervenção muito maior da Administração Central nesta área. Na sua opinião, a Administração Central deveria até para o movimento associativo dar um outro apoio, mas a Segurança Social é uma questão central, sobretudo, no Porto onde a população idosa é muito carenciada. Declarou que vai votar a favor, mas lamenta que as cerca de 80 associações que, apesar de terem projetos aprovados, ficaram sem verbas. Lembrou a promessa do Senhor Presidente de abertura de um novo concurso em janeiro.

O Senhor Presidente disse que, no âmbito da Proteção Civil Distrital, foi-lhes solicitado que identificassem carências, necessidades e a possibilidade de a Câmara disponibilizar alguns serviços. Deu nota de que identificaram, para as pessoas não infetadas que estão nos lares, a Pousada da Juventude como equipamento apropriado para acolher essas pessoas. Afirmou que se trata de um investimento de cerca de 300 mil euros em seis meses. Acrescentou que já está contratada uma IPSS para prestar serviços a essas pessoas. Revelou que quando identificaram a Pousada da Juventude, que é um equipamento do Estado, foi exigido à Câmara o pagamento de uma renda, que acabou por não se concretizar pelo envolvimento do Secretário de Estado. Sublinhou que a CMP não se pode substituir ao Estado Central.

Aprovada, por unanimidade.



A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que entregará uma declaração de voto. (Anexo II)

3. Ratificação de apoio à instalação de um centro de testes COVID-19 no Parque de Estacionamento de S. Roque.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que mais uma vez a CMP está a assumir obrigações do Estado Central.

Referiu que teve conhecimento que no Hospital de São João existe um *drive-in* para realização de testes COVID-19 que tem estado relativamente vazio.

Declarou que votará a favor.

O Senhor Presidente disse que desconhece se existe ou não um *drive-in* no Hospital de São João, mas sabe que os centros de saúde continuam a fazer testes e existem estas unidades que realizam testes a pedido das autoridades de saúde.

A Senhora Vereadora Fernanda Rodrigues deu nota de que não chega dependerem das iniciativas públicas, é preciso avançar. Sublinhou que algum discurso que aqui se faz pode desmobilizar entidades da sociedade civil a cooperar com algo que é absolutamente fundamental. Realçou que não há excesso na Cidade, pelo contrário há défice nesta matéria.

Aprovada, por unanimidade.

4. Ratificação do apoio concedido aos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACeS) Porto – cedência gratuita de três viaturas.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que vota a favor pelas razões conhecidas, mas não deixa de sublinhar que estas são responsabilidades da Administração Central.

Aprovada, por unanimidade.

5. Cedência temporária de espaço municipal à ESCUTAR – Associação de Estudos e Prevenção do Suicídio.

Aprovada, por unanimidade.

6. Aprovação de celebração de protocolo de cooperação entre o Município do Porto e a Universidade do Minho.

Aprovada, por unanimidade.

7. Apoio à QSP – Consultoria de Marketing, Lda, na realização do Warm Up Ceremony – QSP SUMMIT.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que para a CDU não está em causa a cedência do Pavilhão Rosa Mota, mas tendo em conta que a Câmara tem um determinado número de dias por ano para utilizar o Pavilhão essa gestão devia ser feita de uma forma mais planeada. Considerou que, neste caso em concreto, a CMP está a dar, para além da disponibilização do Pavilhão Rosa Mota, 50 mil euros, quando tem associações da Cidade a passar tantas dificuldades. Na sua opinião, esta verba é exagerada, sobretudo, por que se trata de um tema que não é central para a vida da Cidade.

O Senhor Presidente disse que a Senhora Vereadora da CDU acusa a CMP de não saber planear as cedências que tem no âmbito do contrato de concessão do Pavilhão Rosa Mota, o que considera um insulto ao Município, porque é a CDU quem tem feito repetidamente solicitações de cedência do Pavilhão Rosa Mota, nomeadamente já para 2021.

Sublinhou que a Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que a CMP não estava a planear aquelas que são as cedências a que tem direito no âmbito do contrato de concessão.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro disse que o PS votará a favor pois não tem dúvida sobre a sua utilidade. Considerou, aliás, que nos próximos tempos a CMP pode e deve atrair este tipo de iniciativas, num contexto económico e social que é muito difícil. Sublinhou que esta iniciativa tem um impacto concreto na economia e na imagem da Cidade que não é desprezível.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que não criticou a Câmara, apenas afirmou que a Câmara devia planear a utilização dos dias de utilização do Pavilhão Rosa Mota face aos pedidos que tem.

Sobre este tipo de iniciativas, afirmou que a CDU considera excessivo o valor de 50 mil euros e por essa razão não votará a favor.

Aprovada, por maioria, com 1 abstenção da Senhora Vereadora da CDU.

8. Apoio à Imoedições, Lda, no âmbito da realização da VIII Semana da Reabilitação Urbana do Porto.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo declarou que a CDU vai votar a favor, embora também se trate de um apoio, mas este é apenas 10% do apoio anterior. Acrescentou que, na sua opinião, esta é uma iniciativa muito mais importante para a Cidade do Porto.

Aprovada, por unanimidade.

9. Cedência temporária de peças das Coleções da Câmara Municipal do Porto ao Museu da Presidência da República.

Aprovada, por unanimidade.

10. Constituição de direito de superfície de imóvel municipal à Obra de Nossa Senhora das Candeias.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que irá votar favoravelmente a proposta.

Acha importante que haja a concessão de direito de superfície e isso julga que está relacionado com problemas de concurso da instituição.

Lembrou o problema da Associação de Moradores de Maceda e da necessidade da constituição do direito de superfície devido ao problema de poderem concorrer a apoios para a reabilitação das suas casas, designadamente junto da banca, algo que não podem fazer sem o direito de superfície.

Aprovada, por unanimidade.

11. Desafetação de parcela de terreno afeta ao domínio público municipal - Gaveto da Rua da Constituição com a Rua de Oliveira Monteiro.

O Senhor Presidente sugeriu que os pontos 11, 12 e 13 fossem discutidos em conjunto e votados em separado.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo está de acordo e nenhuma das parcelas tem qualquer problema em especial.

Referiu que num deles existe uma empresa que chama a atenção, no entanto, esse assunto poderá ser resolvido posteriormente quando for feita a cedência.

O Senhor Vereador Pedro Baganha disse que se tratam de parcelas muito pequenas, algumas com infraestruturas existentes no subsolo, sendo essas situações acauteladas aquando da sua alienação.

Aprovada, por unanimidade.

12. Desafetação de parcela de terreno afeta ao domínio público municipal - Rua de

Dionísio dos Santos Silva.

Aprovada, por unanimidade.

13. Desafetação de parcela de terreno afeta ao domínio público municipal - Avenida Flor da Rosa.

Aprovada, por unanimidade.

14. Isenção do pagamento de taxas à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Boavista.

O Senhor Presidente indicou que a Senhora Vereadora Catarina Araújo, que tem o Pelouro dos Serviços Jurídicos, gostaria de propor uma alteração.

A Senhora Vereadora Catarina Araújo questionou se os presentes consentem a correção de um erro de escrita que resulta claro na parte deliberativa da Proposta.

Esclareceu que quem tem competência para deliberar sobre a isenção do pagamento de taxas é o Executivo Municipal e não a Assembleia Municipal.

Disse que, em vez de estar escrito "a Câmara Municipal submeta a deliberação da Assembleia Municipal" deverá ficar "a Câmara Municipal delibere a isenção".

Sublinhou que é um simples erro de escrita que resulta do contexto pois as normas legais suprarreferidas dizem que a competência para a deliberação em causa, é do Executivo Municipal, dispensando a submissão da deliberação à Assembleia Municipal.

Disse ainda que será também efetuada a retificação na designação, passando a Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Boavista, nos considerandos aplicáveis.

O Senhor Vereador Pedro Baganha disse que a entidade está identificada como Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Boavista. Após fazer uma pesquisa *online*, confirma que é o nome da entidade. Referiu que se trata de uma freguesia eclesiástica.

A Senhora Vereadora Catarina Araújo disse que se retira a palavra "Freguesia" pois a entidade está identificada nos demais elementos fiscais.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo questionou o que se vai decidir.

O Senhor Vereador Pedro Baganha explicou que se vai deliberar a isenção.

Aprovada, por unanimidade.

15. Reconhecimento de isenção de IMI e de IMT para os prédios cuja descrição consta do quadro do mapa Anexo I.

Aprovada, por unanimidade.

16. Gestão das Zonas de Acesso Automóvel Condicionado (CPI/8/2018/DMC) – Decisão de substituição do gestor do contrato e aprovação da respetiva minuta de aditamento ao contrato.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro disse que se irão abster devido a uma posição de princípio.

Indicou que foram contra a ideia desta operação ser concessionada em vez de ser realizada pela CMP e por coerência irão abster-se, não tendo no entanto nada contra a mudança do gestor do contrato.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que esta proposta inclui alterações que são de 3 gestores e gostaria de perceber porque é que ocorre essa mesma alteração, pedindo informação sobre essa questão.

Quanto ao caso concreto, indicou que a CDU votou contra e por isso mantém a posição contra, independentemente das pessoas.

O Senhor Presidente explicou que por lei é obrigado a ter gestores de contrato.

A Senhora Vereadora Cristina Pimentel referiu que esta alteração decorre da reorganização dos serviços, uma vez que alguns dos gestores de contrato assumiram outras funções e com a reorganização de serviço houve a necessidade de fazer uma alteração aos gestores de contrato. Trata-se apenas de uma questão de reorganização.

O Senhor Presidente disse que há pessoas que são promovidas ou pessoas que passam para outros serviços e quando isso sucede, é necessário fazer alteração ao gestor.

Aprovada, por maioria, com 4 abstenções dos Senhores Vereadores do PS e com 1 voto contra da Senhora Vereadora da CDU.

17. Funicular dos Guindais e Elevador da Lada (CLPQI/2/2019/DMC) – Decisão de substituição do gestor do contrato e aprovação da respetiva minuta de aditamento ao contrato.

Aprovada, por maioria, com 1 abstenção da Senhora Vereadora da CDU.

18. Gestão de Lugares de Estacionamento Pago na Via Pública - Zona Ocidental (CLPQI/1/2019/DMC) – Decisão de substituição do gestor do contrato e aprovação da minuta de aditamento ao contrato.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro considera que é uma boa ocasião para ser dada uma explicação sobre um tema que foi objeto de uma série de notícias na comunicação social e que tem a ver com a forma como esse contrato está a ser implementado.

A sua avaliação sobre o que foi dito quando a proposta de lançamento deste contrato de prestação de serviços foi apresentada pela maioria municipal foi que toda a operação seria realizada pela CMP, com exceção daquilo que era o objeto daquele contrato de prestação de serviços, ou seja, a instalação e manutenção dos parcómetros.

Disse que, tanto quanto lhe parece por estas notícias mais recentes, a operação de colocação dos avisos e a operação de receção dos avisos é também feita por um outro contrato de prestação de serviços com uma outra empresa, sobre o qual gostaria de obter algumas informações.

O Senhor Presidente disse que não se trata de uma concessão e caso fosse uma concessão como inicialmente a CMP tentou que fosse, haveria uma partilha da receita e do risco, coisa que não acontece.

A Senhora Vereadora Cristina Pimentel confirmou que se trata de uma prestação de serviços e o prestador de serviços recolhe apenas as taxas, tanto as recolhe das máquinas e entrega, como as recolhe dos avisos que são uma taxa municipal e também entrega.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro questionou se é o mesmo prestador de serviços que ganhou o concurso de prestação de serviços para a colocação dos parcómetros e sua manutenção e questionou também se o sítio onde funciona é o mesmo que onde funciona a ePark.

A Senhora Vereadora Cristina Pimentel disse que é a RESOPRE e que as suas instalações são ao lado do local das instalações da ePark.

O Senhor Vereador Álvaro Almeida justifica a abstenção do PSD neste ponto, afirmando que é contra este contrato e não irá aprovar uma alteração num contrato sobre o qual é contra.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo acrescentou que a CDU vota contra não pela alteração do gestor mas por estar contra o contrato.

Agradeceu a explicação feita pela Senhora Vereadora Cristina Pimentel.

Aprovada, por maioria, com 1 abstenção do Senhor Vereador do PSD e com 5 votos contra dos Senhores Vereadores do PS e da CDU.

19. Designação de representantes da Câmara Municipal do Porto nos Conselhos Gerais dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, 2020/2021 (substituição).

O Senhor Vereador Manuel Pizarro deu nota de que há uma evolução positiva, que é o facto de ser fornecido o currículo, mas também coloca problemas pois a apresentação do currículo não pode ser uma mera formalidade.

Afirma que neste caso, não é descrita sequer a licenciatura de uma das pessoas em causa, sendo assim impossível compreender a nomeação proposta.

O Senhor Vereador Fernando Paulo considerou que o Senhor Vereador Manuel Pizarro tem alguma razão.

Referiu que há entendimentos e perspetivas diferentes e há Técnicos que cumprem as suas funções mas entendem que não têm que dar mais informações no currículo.

Indicou que, quando a CMP recomendou que fosse associado um pequeno currículo ou nota curricular, foi aplicada uma ficha-tipo às pessoas que se quer designar, quer aos Técnicos das Juntas quer aos da Educação.

Recordou que são designados determinados representantes em função da disponibilidade, sendo no global cerca de 60 nomes.

O Senhor Presidente propôs, na medida em que não é matéria de proteção de dados pois a pessoa é funcionária municipal, que seja votada mas que seja de seguida fornecida a informação pedida.

Referiu que a proposta também poderá ser retirada.

O Senhor Vereador Fernando Paulo disse que se pode retirar a proposta e irá recomendar à Diretora Municipal de Educação o preenchimento integral da ficha-tipo.

O Senhor Presidente disse que a proposta é retirada e virá à próxima reunião.

Retirada.

20. Aprovação do Contrato-Programa a celebrar com a Ágora - 2021.

O Senhor Presidente propôs que se juntassem os pontos 20 e 21, sendo votados em separado.

A Senhora Vereadora Maria João Castro disse que irão votar a favor dos dois pontos.

Considera que, no essencial, está de acordo no que diz respeito ao programa que a Ágora, na área da cultura; no entanto, há um item sobre o qual gostaria de ver uma maior ambição e um reforço da verba.

Referiu-se à Cultura em Expansão, que acha importante, não só porque iria ajudar muitos artistas com atividade diversa mas também por considerar que é muito importante levar a mais territórios da Cidade, sobretudo territórios com dificuldades a vários níveis e no usufruto da própria cultura. Indicou que isto poderia ser feito em 2021, no âmbito da celebração dos 20 anos do Porto 2001, que mudou a cidade no sentido da modernidade.

O Senhor Presidente disse que não gostaria de ver o Cultura em Expansão associado ao Porto 2001, pese embora todo o mérito do Porto 2001.

Explicou que o objetivo do Cultura em Expansão é o contrário do que foi feito na Porto 2001.

Indicou que o que se procurou na Porto 2001, com sucesso, foi uma mistura de públicos, atrair às catedrais da cultura pessoas que anteriormente não frequentavam esses locais.

Disse que a questão do Cultura em Expansão foi vista de uma outra forma, esclarecendo que era um novo desafio, de levar a cultura aos locais onde as pessoas residem, para que compreendam que a cultura não é algo que apenas deva interessar quando são convidadas a ir às catedrais.

Quanto aos locais, afirmou que haverá um problema, para além da pandemia, pois existe um conjunto destas atividades que não se podem realizar porque são naturalmente realizados em espaços informais que não são salas de espetáculos.

Afirmou que a CMP irá interromper o Cultura em Expansão, pagando uma parte significativa dos cachés que estavam contratualizados, estando ainda em avaliação uma análise jurídica, admitindo poder atingir os 75%.

Revelou que, para algumas das atividades pensadas, estão a tentar reagendar em salas de espetáculos que os possam receber.

Disse que, embora estando muito interessado em criar novas condições para o Cultura em Expansão, com o cenário existente para o próximo ano, seria imprudente estar a comprometer-se com isso.

Comprometeu-se, se em fevereiro for verificado que a situação pandémica está resolvida, poderá fazer um reforço significativo das atividades pois muitas não podem ser realizadas ao ar livre devido à sua complexidade muito grande.

Disse ainda que as atividades do Cultura em Expansão vão para além do programa do Cultura em Expansão porque há um conjunto de atividades que a CMP organiza e apoia que de alguma forma também se inserem nesta estratégia.

O Senhor Vereador Álvaro Almeida disse que o PSD não está em condições de votar favoravelmente qualquer um dos dois contratos neste momento.

Explicou que estes dois contratos envolvem um substancial esforço da CMP, representando uma

parcela muito relevante das despesas da CMP e quando se está a decidir sobre o destino dos fundos da CMP, não se deve nem pode fazer essa avaliação caso a caso, pois se assim fosse dar-se-ia sempre tudo a todos, o que não lhe parece correto.

Afirmou que ainda não conhece o orçamento da CMP, portanto o problema fundamental neste tema é que se propõe um aumento significativo do envolvimento financeiro da CMP, nomeadamente a nível de subsídio de exploração, sendo cerca de 28% no contrato-programa. Considera que é certo que o contrato de prestação de serviços baixa de valor mas mesmo considerando os dois em conjunto, há um aumento relevante de cerca de 15% de 15 milhões de euros. Sem colocar em causa o princípio de que o setor da cultura e do desporto precisam de apoios, considera que há outras instituições da Cidade e áreas de atividade que também precisam do apoio da CMP.

Afirma que só poderia votar favoravelmente este envolvimento se tivesse a certeza que todas as outras áreas que precisam de apoio da CMP estão devidamente satisfeitas ou na mesma proporção, não sendo o caso.

Constatou que os contratos-programa mantêm a gestão, pela Ágora, dos parques de estacionamento.

Mencionou que já levantou esta questão anteriormente, ao qual lhe foi respondido que era apenas uma questão de continuidade, tendo já passado 2 anos e não compreende como é que a CMP gere diretamente 3 parques de estacionamento e a Ágora gere outros 3 parques, não havendo uma uniformidade na gestão dos parques de estacionamento.

Parece-lhe que já era tempo de transferir a gestão dos parques de estacionamento da Ágora para a CMP porque a razão principal pela qual os parques estavam na antiga empresa municipal PortoLazer já não se justifica neste caso, que é a criação de receitas próprias.

Considera, portanto, que os parques de estacionamento não deveriam estar sob gestão da Ágora, deveriam ser transferidos para a gestão da CMP.

Referiu que todas as questões em conjunto referidas levam a abster-se nestes dois pontos.

O Senhor Presidente disse que também preferia que estes dois documentos fossem trazidos ao Executivo Municipal depois do orçamento, estando de acordo com o Senhor Vereador Álvaro Almeida nessa matéria.

Considera que seria mais fácil discutir e aprovar o orçamento e a seguir levar os contratos-programa.

Indicou que era essa a sua expectativa se tivesse sido acontecido aquilo que foi dito no início do ano, que este tipo de contratos-programa e de prestação de serviços, sendo entre entidades públicas e públicas, não estariam sujeitas a visto prévio do Tribunal de Contas.

Revelou que no dia 30 de novembro será realizada uma reunião do Executivo para debater exclusivamente o tema do orçamento.

Afirmou que, compreendendo embora o argumento do Senhor Vereador Álvaro Almeida em termos do que deveria ser aprovado primeiro, neste caso tal é necessário para evitar que em

janeiro não ocorra interrupção de serviços, uma vez que não sucedeu a alteração da lei relativa a estes contratos como estava previsto e consensualizado desde maio.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo sublinhou a necessidade desta votação ser feita agora devido à necessidade de visto prévio do Tribunal de Contas, aceitando que seja feito antes da votação do orçamento, sendo certo que o lógico seria o contrário.

Considera que há um conjunto importante de atividades que a CMP está a exercer através desta empresa municipal e que tem vindo a aumentar nos últimos tempos.

Tendo a CDU dado os seus contributos para o aumento de algumas atividades, seja na área do desporto, cultura ou associativismo, ao ler os documentos sentiu que tinha algumas das propostas que tem vindo a defender.

Acha que esta é uma proposta que contempla várias questões como as férias e atividades que decorreram, incluindo o alargamento de algum trabalho nos bairros mas considera necessário fazer mais, alargar, seja no desporto ou na cultura, as atividades sem prejuízo da responsabilidade da Administração Central.

Em relação à Casa da Música, lamentou que quatro meses depois ainda não tenha recebido a resposta prometida ao assunto que o Senhor Administrador Luís Osório prometeu levar a Conselho de Administração sobre o pagamento dos trabalhos previstos e cancelados do mês de março.

Indicou que relativamente a estas duas propostas, a CDU vai votar favoravelmente porque valoriza mais o que está positivo e menos o que está negativo.

Aprovada, por maioria, com 1 abstenção do Senhor Vereador do PSD.

21. Aprovação da celebração de contrato de prestação de serviços com a Ágora.

Aprovada, por maioria, com 1 abstenção do Senhor Vereador do PSD.

22. Aprovação da alteração da estrutura orgânica interna dos serviços municipais.

O Senhor Presidente explicou que se está a falar da criação da Divisão Municipal de Planeamento e Monitorização de Risco.

Disse que nessa matéria, a Comissão de Trabalhadores foi ouvida e foi distribuído o parecer favorável da Comissão de Trabalhadores, conforme é norma.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo referiu que já estão a ser dadas respostas que antecipam pedidos.

Afirmou que sabe que há muitos trabalhadores na área da proteção civil, não lhe cabendo saber se estão todos a ser devidamente aproveitados e como é feita a gestão.

Acha que o Governo não devia ter transferido para as Câmaras mais responsabilidades nesta área. Queria perceber melhor a situação.

O Senhor Vereador Álvaro Almeida disse que não contesta a importância das funções que vão ser exercidas ou que se planeia que sejam exercidas nesta nova Divisão Municipal e também não contesta que essas funções devam ser exercidas por uma Divisão Municipal.

No entanto, contesta fortemente e está contra o facto de que tudo isto seja para acrescentar mais uma Divisão.

Considera que, sempre que existe uma questão nova, a solução não pode ser acrescentar uma nova Divisão e mais trabalhadores, numa altura em que se está numa situação de crise económica e financeira que terá reflexos nas receitas da CMP.

Como é contra que se crie mais uma Divisão mas não é contra a existência de uma Divisão dedicada a estas funções, irá abster-se neste ponto.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro manifesta a sua aprovação à criação desta Divisão que lhe parece absolutamente justificável em função das novas realidades de prevenção de riscos de que a pandemia é exemplo suficiente para deixar toda a gente convencida da utilidade e necessidade da criação desta Divisão.

Deixou um elogio à imaginação da Senhora Vereadora Ilda Figueiredo, pois considera absolutamente extraordinário que a respeito da criação de uma Divisão Municipal para tratar deste assunto consiga criticar o Governo.

A Senhora Vereadora Cristina Pimentel disse que a atribuição de competências não é atual, já tem alguns anos, mas a questão é o fator pandemia e o planeamento que tem de ser continuado e cada vez mais assumido pelo Município que esta área necessita de um planeamento de risco cada vez mais aprofundado, não podendo ser descurada essa matéria.

Referiu que o Município será dotado de mais músculo de planeamento em questões de risco que serão cada vez mais relevantes e que terão de ser acauteladas.

O Senhor Presidente disse ao Senhor Vereador Álvaro Almeida que, compreendendo a sua preocupação quanto à "pirâmide" na CMP, desafia o PSD a rever o acordo que fez com o PS sobre a questão da pseudo-descentralização, porque vai obrigar a criar imensos cargos e imensas divisões.

Afirmou que, quando chegar o momento em que a descentralização é imposta à CMP, o Senhor Vereador Álvaro Almeida vai ver que, quem estiver nesse momento no Executivo, vai criar inúmeros Departamentos e Divisões.

O Senhor Vereador Álvaro Almeida chamou à atenção que o acordo referido pelo Senhor Presidente, não refere nada do que mencionou.

Disse que a forma como a descentralização está a ser feita é da responsabilidade do Governo. Acrescentou que é favorável à descentralização e certamente que se a descentralização ocorrer em moldes razoáveis, esses moldes implicam que as competências são associadas a recursos adicionais; portanto, existindo recursos adicionais, é natural e razoável que haja uma estrutura adicional, que não é o caso que estão a discutir hoje.

O Senhor Presidente disse que a primeira medida descentralizadora deveria ser deixar ao critério de cada Município.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo leu dois pontos da proposta.

"A transferência e o reforço da competência das autarquias locais no âmbito do enquadramento institucional e operacional da proteção civil municipal, ao abrigo da lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, artigo 14.º da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto e do Decreto-Lei n.º 44/2019 de 1 de abril, que veio estabelecer uma nova organização dos serviços municipais de proteção civil, com vista à prossecução de formas mais eficientes, efetivas e de proteção dos interesses legítimos das populações...".

"Volvido mais de 1 ano após a assunção das competências acrescidas da proteção civil, uma avaliação ponderada induz ao reconhecimento da necessidade de uma estruturação da componente operacional que permita uma maior especialização...".

Disse que o que esteve na origem disto foi uma transferência de competências na base da Lei de transferência de competências e do Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril.

Referiu que a CDU sempre teve uma posição crítica em relação a essa transferência.

Afirmou que já sabiam que iria implicar custos às autarquias como se está a verificar e como a proposta deixa antever.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro disse que a CMP, com o voto contra do PS e o voto a favor da CDU, recusou a transferência de competências em 2019 e em 2020.

Indicou que se a CMP se refere, no que a Senhora Vereadora Ilda Figueiredo leu, a competências que há mais de 1 ano estão na Câmara e se verificou a necessidade de alargar as competências, não podem ser no âmbito deste processo de descentralização pois essas foram recusadas em reunião da Câmara.

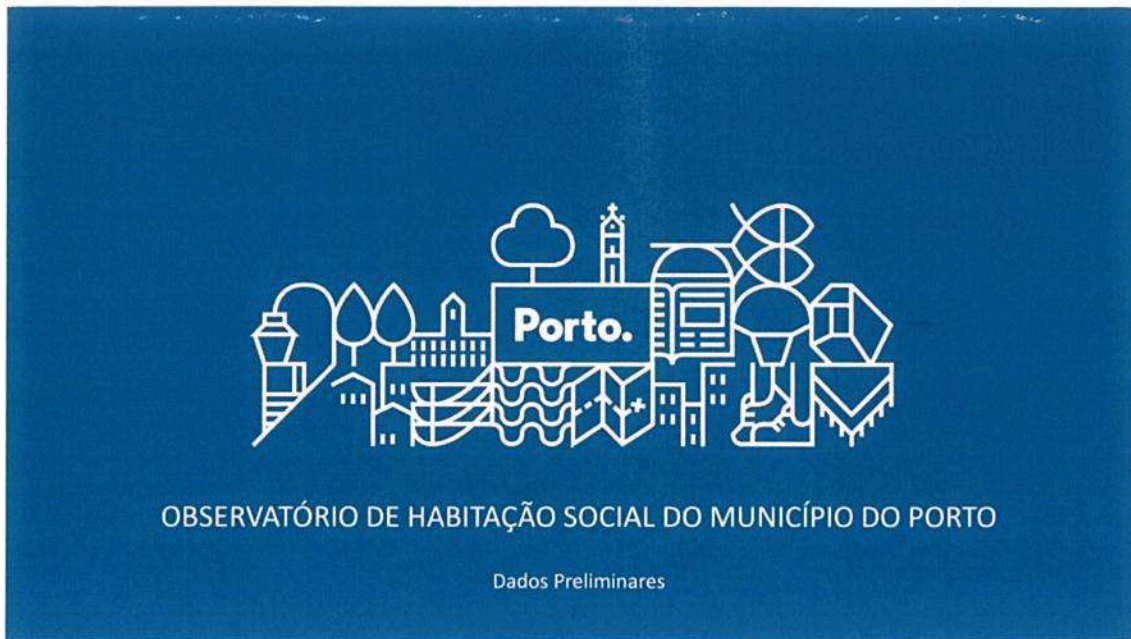
Afirmou que a Senhora Vereadora Ilda Figueiredo leu tudo, contudo a sua vontade de atacar o Governo é tanta que se baralha nos raciocínios.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que sabe bem do que está a falar e que a CDU sempre esteve contra e mantém a sua posição.

Compreende que a CMP, por causa disso, tenha que aumentar as suas responsabilidades e tenha que proceder à criação de uma Divisão e por esse motivo irá abster-se.

Anexo I

Apresentação do Observatório de Habitação Social do Município do Porto



Observatório de Habitação Social do Município do Porto

Objetivos

- Monitorizar a realidade socio-habitacional do Município do Porto, em especial a da habitação social;
- Produzir conhecimento útil e pertinente para a melhoria da atividade da Domus Social;
- Avaliar o impacto da implementação de medidas e projetos municipais e nacionais, no âmbito da habitação;
- Propor medidas, práticas e iniciativas de intervenção no âmbito das políticas de habitação.

Dados Preliminares



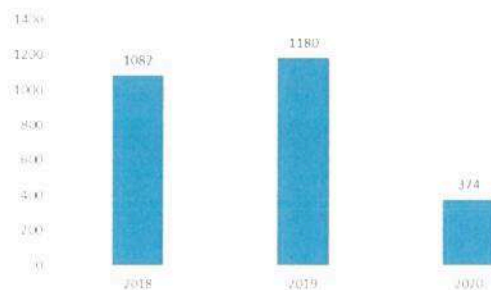
Avaliação e sistematização da informação que já é atualmente recolhida pela Domus Social, orientando para a produção de conhecimento relevante sobre as condições socio habitacionais de agregados familiares residentes na cidade:

- Candidaturas a Habitação Social Municipal
- Candidaturas a Programa Porto Solidário
- Pedidos de intervenção na habitação por mobilidade condicionada



Dados Preliminares

Distribuição das candidaturas instruídas por ano (N = 2636)



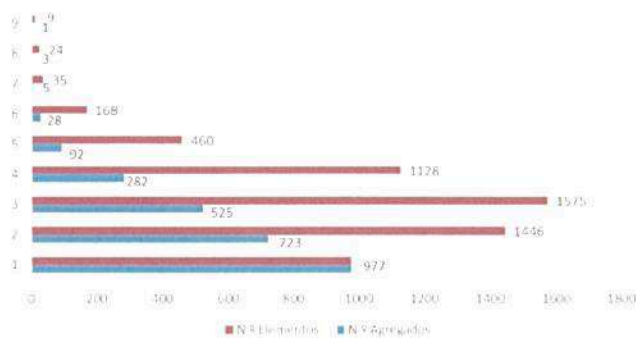
Dados Preliminares

Observatório de Habitação Social do Município do Porto

Candidaturas

1 janeiro 2018 a 30 junho 2020

Distribuição de nº elementos do agregado por candidatura



Total elementos: 5822
Média elementos / agregado: 2,21

Dados Preliminares

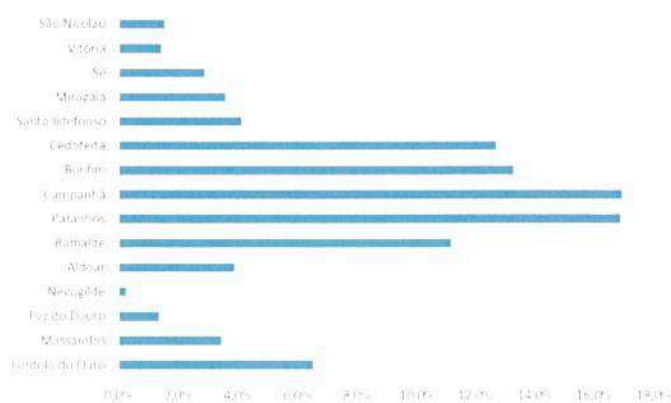


Observatório de Habitação Social do Município do Porto

Candidaturas

1 janeiro 2018 a 30 junho 2020

Distribuição por Freguesia



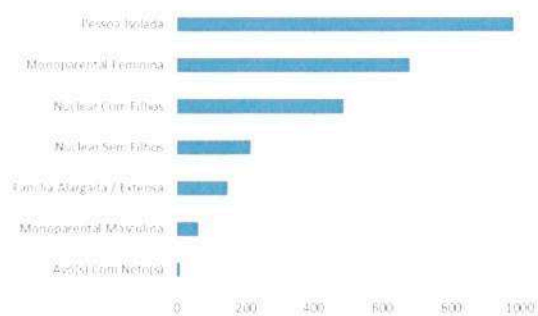
Dados Preliminares



Observatório de Habitação Social do Município do Porto

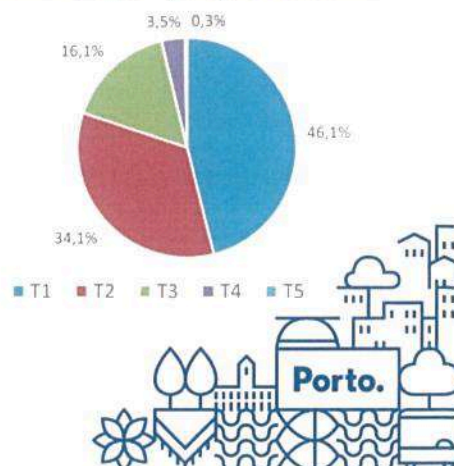
Candidaturas
1 janeiro 2018 a 30 junho 2020

Distribuição por Tipo de Família



Dados Preliminares

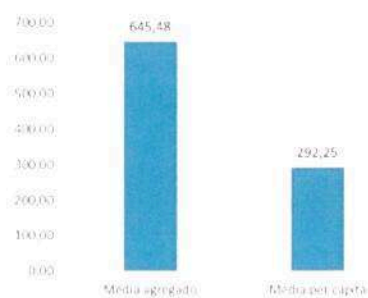
Distribuição das Tipologias necessárias



Observatório de Habitação Social do Município do Porto

Candidaturas
1 janeiro 2018 a 30 junho 2020

Rendimentos

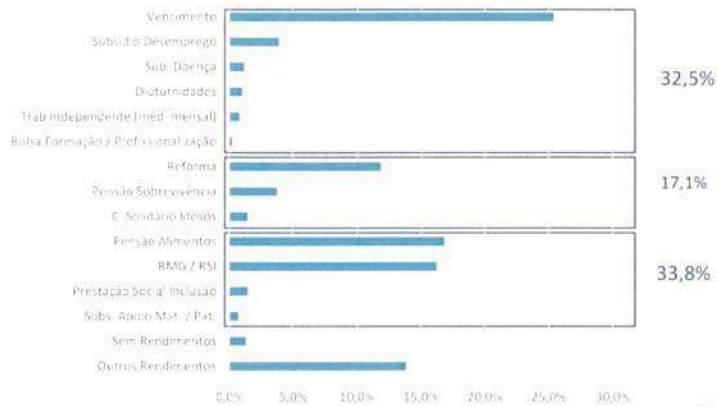


Dados Preliminares



MS

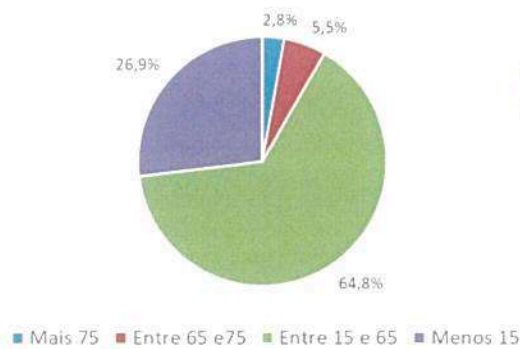
Distribuição da origem dos Rendimentos (N=5452)



(Dados Preliminares)



Distribuição dos elementos do agregado por Idade



(*) por data.pt (2019)

(Dados Preliminares)

	Candidaturas	Porto*	Portugal*
Índice Dependência jovens	41,5	22,4	21,2
Índice Dependência Idosos	12,9	48,8	34,2
Índice Envelhecimento	31,0	217,8	161,3
Índice Longevidade	34,0	49,7	48,5



Observatório de Habitação Social do Município do Porto

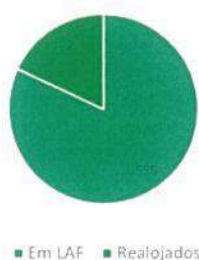
Candidaturas
1 janeiro 2018 a 30 junho 2020

Classificação das Candidaturas



Dados Preliminares

Admitidos



Observatório de Habitação Social do Município do Porto

Candidaturas
1 janeiro 2018 a 30 junho 2020

Comparação entre Classificação da Candidatura – Tipo de família



- ▲ Assoc. Com Retiro(s)
- Família Alargada
- ▶ Família Extrema
- Multiparental Feminista
- Multiparental Masculina
- Nuclear Com Filhos
- Nuclear Sem Filhos
- Outros
- Pessoa Isolada

Dados Preliminares

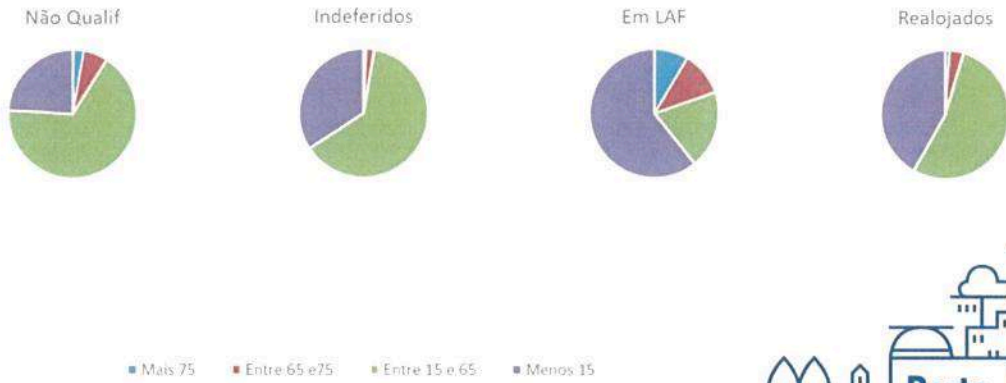


Observatório de Habitação Social do Município do Porto

Candidaturas

1 janeiro 2018 a 30 junho 2020

Comparação entre Classificação da Candidatura – Idades



Dados Preliminares



Observatório de Habitação Social do Município do Porto

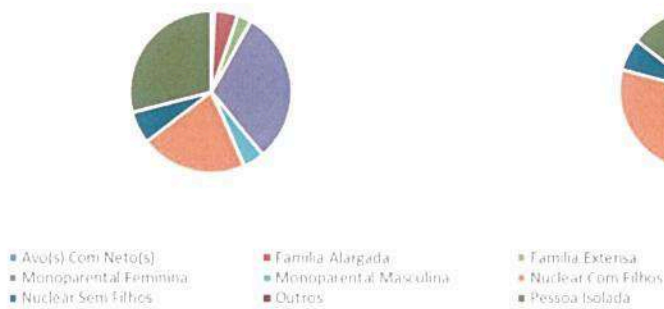
Candidaturas

1 janeiro 2018 a 30 junho 2020

Comparação entre Diferentes Matrizes – Tipo de Família

Até março 2019 - admitidos

Após abril 2019 - admitidos



Dados Preliminares



Observatório de Habitação Social do Município do Porto

Movimentos Habitacionais

Distribuição das habitações atribuídas (pedidos de habitação e transferências)

2018	2019	2020 (*)
303	420	194

* Até 31 outubro 2020

Dados Preliminares

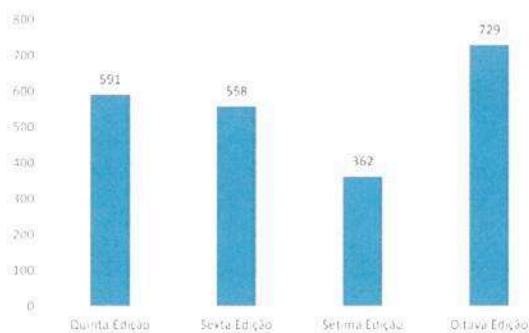


Observatório de Habitação Social do Município do Porto

Porto Solidário

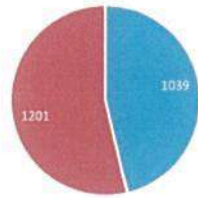
5ª, 6ª, 7ª e 8ª edições

Número de Candidaturas (N=2240)



Dados Preliminares





■ Candidaturas únicas ■ Candidaturas repetidas

Candidaturas repetidas

Com 2 Candidaturas repetidas: 1120 correspondentes a 560 agregados

Com 3 Candidaturas repetidas: 81 correspondentes a 27 agregados

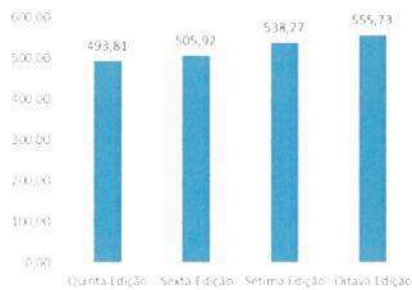
Total Candidaturas repetidas: 1201 correspondentes a 587 agregados

Agregados que realizaram pelo menos uma candidatura: 1626

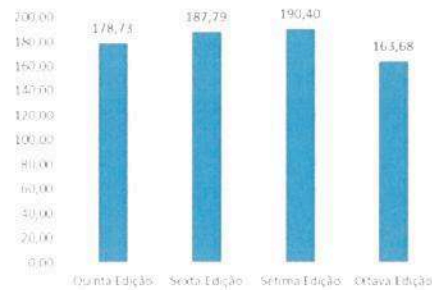
Dados Preliminares



MÉDIA RENDIMENTO AGREGADOS



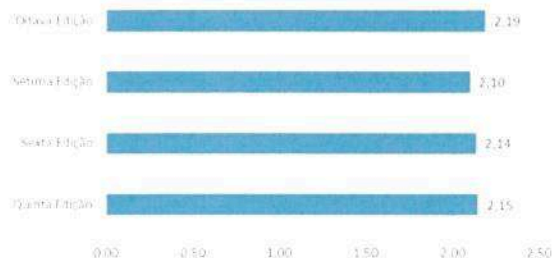
MÉDIA APOIO



Dados Preliminares



MÉDIA ELEMENTOS AGREGADO



Dados Preliminares



Porto Solidário

Beneficiários atuais: **934** agregados, dos quais

7.ª edição: **298** agregados

8.ª edição: **636** agregados

Valor estimado 2020 – **€1.697 618,47**

Dados Preliminares



Observatório de Habitação Social do Município do Porto

Intervenção na Habitação
Por Mobilidade Condicionada

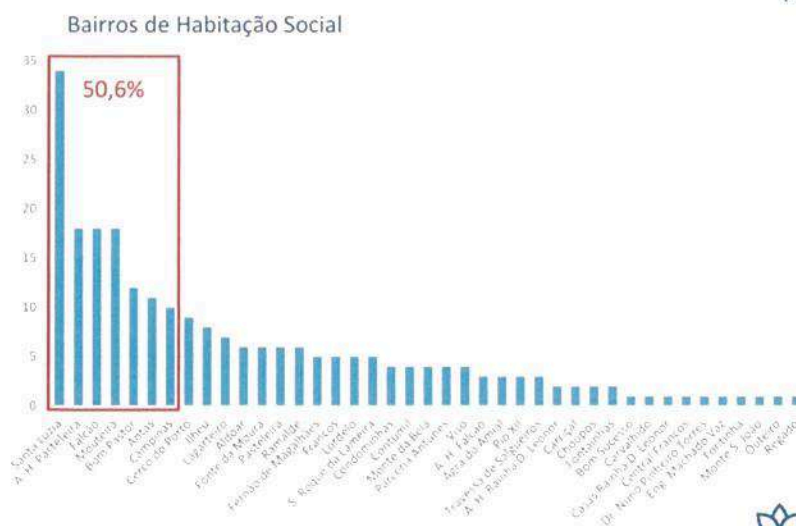
Nº Pedidos				
2019	156	DOS QUAIS	Bairros Habitação Social	239
2020	94		Outros	11
TOTAL	250			



Dados Preliminares

Observatório de Habitação Social do Município do Porto

Intervenção na Habitação
Por Mobilidade Condicionada



Bairros sem pedidos	
7	14,6%

Bairros com pedidos	
41	85,4%



Dados Preliminares

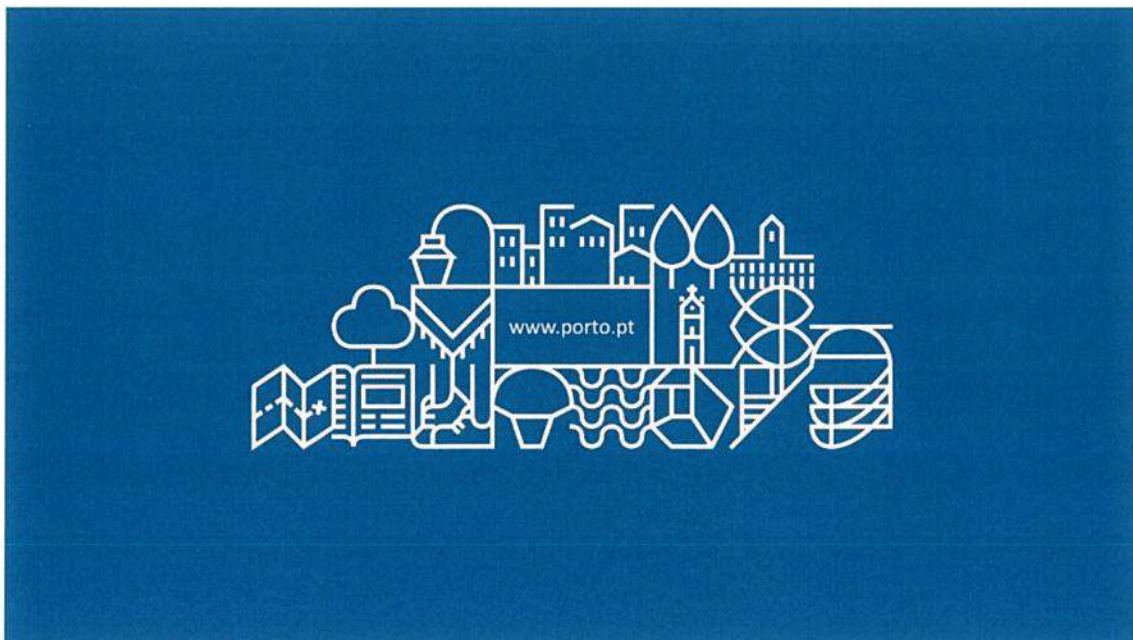
Observatório de Habitação Social do Município do Porto

Intervenção na Habitação Por Mobilidade Condicionada



Santa Luzia	14,2%	(34 pedidos)
A. H. Pasteleira	7,5%	(18 pedidos)
Mouteira	7,5%	(18 pedidos)
Falcão	7,5%	(18 pedidos)
Bom Pastor	5,0%	(12 pedidos)
Antas	4,6%	(11 pedidos)
Campinas	4,2%	(10 pedidos)

Dados Preliminares



MS

Anexo II

Declaração de voto CDU

Vereação da CDU
Rua Lamenal, 100 - Porto Alegre
91060-010 Porto Alegre
RS
Fone: (51) 3333-3333
Fax: (51) 3333-3333
E-mail: cd@cd.org.br



Declaração de voto da CDU ao Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense 2020

A CDU considera da maior importância o apoio ao Associativismo Popular, razão pela qual defendemos a criação do Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo Portuense e temos defendido um reforço de verbas que possibilite chegar a todas as Associações que apresentem projetos válidos para a zona, bairro, freguesia da cidade do Porto.

Sempre consideramos que também devia existir um apoio permanente, seja através de um Gabinete de Apoio ao Associativismo, seja de serviços especiais em cada uma das áreas em que se desenvolve o Associativismo Popular na cidade do Porto (cultura e animação, desporto, coesão social, ambiente e juventude), o que ajudaria a colmatar dificuldades de muitas associações que vivem exclusivamente do trabalho generoso e voluntário dos seus dirigentes.

Congratulamos as 228 entidades que aceitaram o desafio de concorrer, em 2020, ao referido Fundo de Apoio ao Associativismo, tendo sido, de acordo com o relatório e atas do respetivo júri, o seguinte número, por eixos:

Eixo 1 – Coesão Social – concorreram 95 entidades e foram admitidas 69

Eixo 2 – Cultura e Animação – concorreram 56 entidades, tendo sido admitidas 26

Eixo 3 – Desporto – concorreram 54, foram admitidas 42

Eixo 4 – Juventude e Ambiente – concorreram 23, foram admitidas 16.

Houve, em cada eixo, alguns casos que não foram aceites por diversos motivos que o júri explica na documentação enviada.


No final, por escassez de verbas (estavam orçamentados 800 mil euros), diversas entidades que foram admitidas, com projetos válidos reconhecidos pelo júri, não vão receber quaisquer verbas, o que demonstra que era mesmo necessário um valor superior, como sempre defendemos.

Assim, embora tenha votado favoravelmente a proposta para garantir o pagamento a 97 associações incluídas na lista final, lamento que não tenha sido mais vasto o apoio e espero que se cumpra o que foi prometido pelo senhor Presidente da CMP, Dr. Rui Moreira, que, em Janeiro de 2021, se abrirá novo concurso a que poderão concorrer todas as associações que agora não foram contempladas.

Esperamos também que o valor a orçamentar para 2021 aumente para um milhão e 200 mil euros de forma a dar a resposta necessária ao Movimento Associativo Popular na cidade do Porto.

Porto, 10 de novembro de 2020

A vereadora da CDU


Ilda Figueiredo



MS

O Senhor Vereador Manuel Pizarro disse que a CMP não aceitou as competências nesse domínio, com o voto favorável da Senhora Vereadora Ilda Figueiredo.

Aprovada, por maioria, com 2 abstenções do Senhor Vereador do PSD e da Senhora Vereadora da CDU.

Foram distribuídos os seguintes documentos:

- Síntese geral entregue pelo Senhor Prof. Dr. Hélder Pacheco sobre o apoio ao Movimento Associativo Portuense;
- Ofício da Comissão de Trabalhadores da Câmara Municipal do Porto sobre a criação de uma nova estrutura flexível - Divisão Municipal de Planeamento e Monitorização de Risco afeta ao Departamento Municipal de Proteção Civil;
- Relatório de Sustentabilidade 2019 da Câmara Municipal do Porto.

A presente ata depois de lida e aprovada vai ser assinada nos termos da Lei.

O Presidente



A Secretária

Márcia Monteiro